

Ruínas e paisagem: o caso do Engenho São Jorge dos Erasmos, Santos (SP-Brasil)

Angela Rosch Rodrigues*

Resumo: O *Engenho São Jorge dos Erasmos*, construído em 1534 na atual cidade de Santos (SP), foi crucial no desenvolvimento da atividade açucareira do Brasil; no século XVII, sofreu um incêndio entrando num processo degenerativo; nos anos 1950 suas ruínas foram identificadas. Devido ao interesse histórico-cultural foi tombado como patrimônio nacional em 1963. O trabalho tem por objetivo verificar como a paisagem é um fator relevante para a percepção do valor documental e simbólico desse bem. Para tanto, após um breve histórico a análise se concentra em três aspectos: a implantação e o partido arquitetônico; reconhecimento como bem cultural e intervenções; apropriação atual mediante o desenvolvimento urbano. Constata-se que a integração ruínas/paisagem tem sido um dado imprescindível para a leitura e compreensão desse conjunto em sua totalidade.

Palavras-Chave: ruínas, paisagem, patrimônio, *Engenho São Jorge dos Erasmos*.

Abstract: The *Engenho São Jorge dos Erasmos*, built in 1534 in the present city of Santos (SP), was crucial in the development of the sugar industry in Brazil; in the seventeenth century it has suffered fire entering in a degenerative process; in the 1950's its ruins were identified. Due to historical and cultural interest was declared a national heritage in 1963. The work aims to verify how the landscape is an important factor for the perception of documental and symbolic values of this good. Therefore, after a brief historical the analysis focuses on three aspects: the implementation and architectural constitution; recognition as a cultural good and interventions; appropriation by current urban development. It appears that the integration ruins/landscape has been an essential information for reading and understanding this ensemble in its totality.

Keywords: ruins, landscape, heritage, *Engenho São Jorge dos Erasmos*.

* Doutoranda, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo (FAU USP). Bolsista Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Orientadora Profa. Dra. Mônica Junqueira de Camargo. Email: angelarr@usp.br.

Introdução:

O *Engenho São Jorge dos Erasmos* erigido em 1534 foi uma das primeiras unidades produtivas de açúcar no Brasil remontando à fundação do núcleo inicial de ocupação portuguesa. Em meados do século XX suas ruínas foram identificadas por pesquisadores; o complexo foi doado à Universidade de São Paulo e teve seu valor reconhecido como patrimônio nacional.

Por ser um dos poucos remanescentes da arquitetura quinhentista no Brasil o *Engenho* tem suscitado vários estudos históricos, arquitetônicos e arqueológicos que abordam sua relação com o processo de colonização e seu testemunho sobre o desenvolvimento da Capitania de São Vicente e o crescimento da cidade de Santos, onde se encontra hoje.

Tendo como referência o conceito de ambiência estabelecido na Recomendação de Nairóbi (1976) e a definição de paisagem disposta na Recomendação Europa (1995), este trabalho tem por objetivo verificar em que medida a paisagem é relevante para a leitura e compreensão do valor documental e simbólico desse conjunto em ruínas, orientando sua salvaguarda e apropriação.

Para tanto, após um panorama histórico a análise se estabelece a partir de diferentes aspectos da relação que o *Engenho* estabelece com a paisagem: a importância da constituição do terreno para sua implantação e partido arquitetônico; qual o papel desse vínculo ruínas/paisagem para o reconhecimento do valor cultural do bem e nas intervenções desde então; como se dá a apreensão e apropriação desse conjunto hoje mediante o cenário de crescimento urbano que tem transformado seu entorno. Para delinear essa abordagem foram utilizadas fontes documentais, bibliográficas e verificação *in situ*.

I Panorama histórico

O processo de urbanização no Brasil se deu com a chegada dos colonizadores comandados por Martin Afonso de Sousa donatário da Capitania de São Vicente e teve como marco inicial a fundação da vila do mesmo nome em 21 de Janeiro de 1532, localizada atualmente no Estado de São Paulo. Martim Afonso trouxe da Ilha da Madeira a cana-de-açúcar, produto de alto valor comercial na Europa, para cultivo na região noroeste da Ilha de São Vicente devido a terra e clima favoráveis e em 1534¹ construiu a unidade que seria conhecida como *Engenho do Governador* ou *São Jorge*, devido à capela dedicada ao santo.

¹ Data provável, há divergências pois poderia ser em 1533 ou 1535 (ANDREATTA, 1999:31).

Dentre os autores² há controvérsias se as primeiras iniciativas do cultivo e manufatura do açúcar no Brasil teriam sido em São Vicente e se esse engenho foi o primeiro estabelecido nessa região, pois há evidências da instalação de outros dois. Mas é um fato que a cultura do açúcar em escala industrial teve início aqui e se espalhou para todo o território, o *Engenho São Jorge* se insere nesse contexto (MEURS, 1995:13).

Posteriormente, Martim Afonso fundou uma empresa comercial com seu irmão Pero Lopes de Souza e outros investidores formando a sociedade *Armadores do Trato*. Dentre os sócios estavam Francisco Lobo, Vicente Gonçalves e Johan van Hielst, feitor em Lisboa de Erasmus Schetz, importante nobre europeu. Através dessa conexão, a firma comercial dos Schetz de Antuérpia teria adquirido a totalidade do *Engenho* em 1544³ mantendo-o entre 1557 a 1603 para seus filhos e netos. Gaspar Schetz foi o principal sucessor e se tornou responsável pelo comércio e navegação para o Brasil em 1579. É desse período que o *Engenho* passou a ser chamado *dos Erasmos*, denominação que perdura até hoje.

Em meados do século XVI, a cultura de açúcar em São Vicente entrou em declínio e desapareceu, o que se relaciona a fatores prováveis como: a proibição da escravidão de índios (1570); a baixa qualidade do açúcar devido à umidade; o espaço geográfico limitado para expansão; e o inexorável êxodo da produção açucareira para o nordeste brasileiro, 1500 km mais perto da Europa, onde o governador-geral instalado na Bahia tinha condições de assegurar maior defesa (MEURS, 1995:27).

Após vários conflitos o conjunto foi disputado por colonos e foi vendido em fins do século XVI pelos seus administradores numa transação denunciada como ilícita pelos Schetz que não conseguiram mais reavê-lo (CORDEIRO, 2007:34-37). Pouco depois, os edifícios foram destruídos por um incêndio em 29 de janeiro de 1615 pela frota militar-mercantil do almirante holandês Joris van Spilbergen⁴ cujo relato de viagem menciona o fato: “Proseguimos até o edifício e tomamos tudo em volta ali, laranjas e limões, o quanto nós poderíamos por nos barcos e ao partir nós pusemos fogo ao edifício, a igreja e tudo que estava por ali, [...]” (SPILBERGEN *In*: CORDEIRO, 2007:39) (Figura 01).

² Como: Frei Gaspar da Madre de Deus, Pedro Taques, Afonso de E. Taunay dentre outros (MEURS, 1995:21).

³ Data provável, mas há outra versão que registra o ano de 1550 cuja fonte seria uma escritura pública (UNIVERSIDADE [...], 2005:15).

⁴ O *Engenho* também teria sido incendiado em 25 de dezembro de 1591 por Thomas Cavendish (ANJOS, 1998:73 e UNIVERSIDADE [...], 1995:13).



Figura 1: Mapa Capitania de São Vicente, 1631, João Teixeira Albarnaz. Ao centro, indicação dos *Erasmos*.
Fonte: Mapoteca do Ministério das Relações Exteriores no Rio de Janeiro.

Nos séculos seguintes, a propriedade passou para várias famílias locais e foi usada para a produção agrícola em menor escala. A professora de História Geral Maria Regina da Cunha Rodrigues passou a estudá-las⁵ a partir de 1952 quando estabeleceu contato com os proprietários: Octavio Ribeiro de Araújo e outros. O desenvolvimento e a divulgação dessas pesquisas levaram à doação de uma área de 3.250,30 m²⁶ onde se localizam as ruínas para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo em 1958. Na escritura de doação⁷ havia prerrogativas para preservar as ruínas com uma destinação didática-cultural; nos anos posteriores houve acusações de que a USP não havia tomado providências concretas para atender a esses termos.

Iniciou-se uma discussão com apelo ao reconhecimento do valor cultural do bem. Nesse contexto, Luis Saia (então diretor do 4º Distrito do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - DPHAN) foi convidado para visitar o local; a partir daí iniciou o processo de tombamento em nível nacional⁸ que foi efetuado em 1963. Entre 1963 e

⁵ Houve um trabalho pioneiro de Cordeiro (1945): *O Engenho São Jorge dos Erasmos*.

⁶ Equivalia a uma quadra da planta do loteamento *Villa Santa Terezinha* que não foi implantado.

⁷ Arquivo do IPHAN/SP: *Processo 0678-T-62*, fl. 147-149.

⁸ Tombamento no órgão nacional IPHAN: Livro Histórico, 02/07/1963, Processo: 0678-T-62. O tombamento na esfera estadual ocorreu em 1974; e na esfera municipal em 1990.

1966 foram feitas: prospecção arqueológica, restituição de parte da cobertura e consolidação das ruínas.

Após esses trabalhos, o *Engenho* entrou em outra fase de anonimato com conseqüências à sua conservação. A partir dos anos 1980 iniciaram mobilizações e discussões para a revalorização do sítio que se agravaram em 1987, quando a empresa *Vip Empreendimentos Imobiliários* na tentativa de executar um loteamento na região efetuou uma terraplanagem irregular no entorno do *Engenho* que danificou a parte rochosa da planta baixa do terreno. A obra foi embargada; a *Pratex Empreendimentos Imobiliários* (sucessora da *Vip*) apresentou novo projeto com proposta de doação de área aproximada de 44 mil m² para a USP como indenização física pelos danos ao patrimônio. Depois de vários ajustes sobre os limites da área, concluiu-se no início de 1990 que a cessão seria feita ao município que depois repassou parte ao usufruto da USP.

Em 1995, o estado de abandono do bem foi objeto de uma ação civil pelo Ministério Público. Após reuniões para decidir sobre o destino do conjunto foi apresentado um projeto de pesquisa arqueológica pela USP; a área foi cercada e os estudos iniciaram em 1996 com recursos do Museu Paulista (USP) e da Prefeitura de Santos. Após a finalização desses trabalhos em 2003 o *Engenho* foi efetivamente aberto à visitação pública.

II Ruínas e paisagem: algumas abordagens

Embora a questão do entorno ou do meio em que se situam os monumentos tenha sido abordada na Carta de Atenas (1931) e na Carta de Veneza (1964), a Recomendação de Nairóbi (1976) a explicita claramente: “Entende-se por ambiência [...], o quadro natural ou construído que influi da percepção estática ou dinâmica desses conjuntos, ou a eles se vincula de maneira imediata no espaço, ou por laços sociais, econômicos ou culturais.” (UNESCO, 1976 *In*: CURY, 2004:220). Mais tarde a Recomendação Europa Nº r (95) 9 (1995), que dispõe sobre a conservação das áreas de paisagem cultural, ressalta que a paisagem: “dá testemunho ao passado e ao presente do relacionamento existente entre os indivíduos e seu meio ambiente; ajuda a especificar culturas locais, sensibilidades, práticas, crenças e tradições.” (CONSELHO DA EUROPA, 1995 *In*: CURY, 2004:332).

Nesse sentido, o conceito de ambiência é um pressuposto fundamental para embasar este trabalho que pretende perscrutar sobre a importância da paisagem para a leitura e compreensão dos valores documentais e simbólicos das ruínas do *Engenho São Jorge dos Erasmos* abordando três aspectos: a implantação e partido arquitetônico; o reconhecimento

como bem cultural e as consequentes intervenções; e o atual uso mediante o crescimento urbano.

II.1 Implantação e partido arquitetônico

Pesquisadores têm se debruçado sobre fontes documentais e sobre os poucos vestígios físicos do *Engenho São Jorge dos Erasmos* para tentar estabelecer como era seu partido arquitetônico. Nos anos 1950 foram descobertos documentos de 1548 a 1652 dos Schetz em poder do descendente Duque D'Ursel na Bélgica dos quais a USP teve interesse em obter cópias, em vista da esparsa documentação sobre arquitetura quinhentista no Brasil. Houve grande expectativa de que essas informações poderiam ajudar na recuperação histórica do *Engenho*. As microfilmagens chegaram ao Brasil e foram traduzidas pelo pesquisador Eddy Stols (1968), porém, não foram suficientemente esclarecedoras (Figura 2).



Figura 2: Vista panorâmica do conjunto. Foto: Autor, 2013.

Um dos documentos mais reveladores, segundo Anjos (1998), é uma carta datada de 1548 enviada de Santos a Lisboa, provavelmente do feitor do *Engenho* endereçada a Van Hielst:

“[...] a saber uma casa muito grande de seis lanços e uma senzala com uma ferraria, todas providas de baluartes, e ainda duas casas cobertas de telhas, muito boas e fortes. [...] Todas estas casas se erguem numa altura e todas juntas e próximas de maneira que nenhuma fazenda seja tão forte para os contrários, nem tenha melhores casas em todos estes engenhos. Daí se pode defende-lo facilmente com 3 ou 4 berços.” (STOLS In: MEURS, 1995:5; ANJOS, 1998:24 e CORDEIRO, 2007:59).

O documento informa sobre a produção, as terras e o número de escravos. Há também uma descrição do engenho deteriorado e da necessidade de um novo local para instalação do mesmo:

“Quanto ao engenho [...]. A roda está para cair, fica arriada demais e a água submerge-a, pois a maré entra às vezes na levada [...]. Daí que deve ser mudado para cima feito um bom que ficará na descida da colina.” (STOLS In: MEURS, 1995:5; ANJOS, 1998:24-25 e CORDEIRO, 2007:61).

No Relatório de Obras de 1963-1966⁹, Luis Saia lançou duas teses sobre o *Engenho*. A primeira se refere ao tipo da moenda. Os moinhos movidos à água, denominados do tipo “real” devido à propriedade real sobre as águas (GAMA, 1983:130), tinham as mesmas dimensões dos movidos à tração animal, mas eram mais eficazes pela rotina ininterrupta. Para Saia, o *Engenho São Jorge dos Erasmos* era desse tipo; segundo ele, nos anos 1960 ainda era possível ver uma linha de vegetação diferente que teria acompanhado a canaleta que trazia água das cachoeiras próximas ao conjunto; no entanto, nas pesquisas arqueológicas não foram encontrados vestígios (ANJOS, 1998:66). A outra tese se refere ao partido. Havia, segundo Gama (1983), dois tipos de engenhos implantados no Brasil: partido aberto, mais comum no nordeste em que havia vários edifícios para alocar as seções produtivas e o senhor vivia isolado; e partido unitário, mais encontrado na região de São Paulo, em que tudo se concentrava sob um único telhado e o senhor vivia no local (GAMA, 1983:248); o *Engenho*, segundo Saia, se enquadraria nessa categoria, embora sem comprovação.

A prospecção de 1963 detectou a atividade local por restos de fôrmas de pão de açúcar encontradas em um fosso. Segundo as recentes pesquisas arqueológicas¹⁰, as estruturas localizadas na área edificada basicamente retangular numa plataforma no sopé do Morro da Caneleira abrindo-se para visuais elevadas em relação ao rio São Jorge foram: paredes (cuja espessura varia de 0,60m a 1,30m), numa delas há evidência de piso superior; seteiras; fosso; alicerces; soleiras; bases de pilares; muros de arrimo. O material construtivo de pedras e argamassa de cal e conchas é proveniente da região (ANJOS, 1998:73). Porém, essas estruturas não puderam ser articuladas para determinar a que funções precisas correspondiam devido ao alto grau degenerativo causado por processos naturais e antrópicos (ANJOS, 1998:63). Foi possível identificar a provável “capela” com o resto de três paredes; ao lado desta, o cemitério com sepultamentos datados de fins do século XVI (MORAIS *et. al.*, 2004/2005:360) (Figuras 3, 4 e 5).

⁹ Arquivo do IPHAN/SP: *Processo 0678-T-62*, s.n.

¹⁰ Ver trabalhos: Anjos (1998); Andreatta (1999); Morais & Piedade & Maximino (2004/2005) e Cordeiro (2007).



Figura 3: Fôrmas de pão de açúcar. Fonte: Caderno de Obras 1963-1966, Luis Saia, acervo fotográfico IPHAN/SP.



Figura 4: Mapa esquemático - 1 Acesso; 2 Base USP; 3 Rampa acesso ruínas; 4 Área que passou por terraplanagem; 5 Cemitério; 6 Capela; 7 “Terraço”; 8 Fosso; 9 Platô principal; 10 *Pavilhão Saia*; 11 Antigo acesso; 12 Morro da Caneleira. Fonte base: Google Maps, 2013. Elaborado pelo autor.



Figura 5: Ruínas - lado esquerdo: cemitério (parte baixa) e capela (paredes ao fundo).
Foto: Autor, 2013.

Apesar das teses levantadas e devido às evidências pouco conclusivas, remanesce a questão: qual foi de fato o modelo arquitetônico do *Engenho São Jorge dos Erasmos*? No que se refere à evolução tecnológica, ele poderia ser um “elo de ligação” (ANJOS, 1998:67) para a produção açucareira em grande escala no Brasil.

A implantação do *Engenho São Jorge dos Erasmos* é totalmente condicionada às necessidades técnicas e defensivas situando-se num ponto estratégico que dispõe de recursos naturais como terras férteis, madeira para fornalhas e caldeiras e água para navegação e força motriz, numa encosta de morro em semicírculo de uma região plana, numa plataforma com ampla vista protegendo¹¹ a propriedade; essa topografia também facilitou a disposição em platôs para os diversos estágios da manufatura, aproveitando a gravidade (Figura 6).

¹¹ O *Engenho* estaria associado a um “sistema de fortificações” (MORAIS *et al.*, 2004/2005:356) que inclui a Fortaleza da Barra Grande (Santos), o Forte São Felipe (Guarujá) e o Forte São João da Bertioga (Bertioga).



Figura 6: Vista para o entorno.

Fonte: Caderno de Obras 1963-1966, Luis Saia, acervo fotográfico IPHAN/SP.

II.2 Bem cultural e intervenções

Nos anos 1950, a professora Maria Regina propôs a reconstituição do *Engenho São Jorge dos Erasmos* em sua forma primitiva, o que foi contestado por Luis Saia em 1955¹², alegando que os “restos” encontrados não forneciam evidências suficientes para permitir senão de modo precário e anticientífico tal trabalho.

Entre 1963 e 1966 houve a primeira intervenção no *Engenho*. As obras sob responsabilidade técnica de Saia, conforme Relatório de Obras¹³ constituíram de: serviços de limpeza; consolidação de muros e alvenarias; prospecções arqueológicas; construção de casa de zeladoria; e recomposição de parte da cobertura (300 m²) tendo como referência marcas

¹² Arquivo do IPHAN/SP: *Processo 0678-T-62*, Of. 17/55.

¹³ Arquivo do IPHAN/SP: *Processo 0678-T-62*, s.n.

localizadas nas paredes e pilar central e material iconográfico anterior em que se nota o telhado em duas águas com telhas de zinco - além desses dois lanços, um terceiro foi adicionado a leste. Essa área coberta ficou conhecida posteriormente como *Pavilhão Saia* . (Figuras 7, 8, 9).



Figura 7: Área coberta com dois lanços antes da “restauração”.
Foto: German H. Graeser, 1963 - Acervo fotográfico IPHAN/SP.



Figura 8: Consolidação pilar central.
Fonte: Caderno de Obras 1963-1966, Luis Saia, Acervo fotográfico IPHAN/SP.



Figura 9: *Pavilhão Saia*, três lanços de telhado. Foto: Autor, 2013.

Durante os anos 1980 e 1990 a discussão sobre propostas para o *Engenho* sempre ocorreu em função de mobilizações da opinião pública e demais instituições ressaltando a dificuldade de acesso e o estado de abandono, associados à falta de um projeto de revalorização cultural que dispusesse sobre uma efetiva utilização do conjunto. Em 1983 foram sugeridos trabalhos emergenciais que não foram realizados; a situação se agravou com as terraplanagens irregulares de 1987 e a denúncia ao Ministério Público em 1995 que propiciou o desenvolvimento de pesquisas arqueológicas. Na fase inicial desses trabalhos foi executada limpeza das ruínas e seu entorno; na ocasião também foi solicitada a consolidação das ruínas e da cobertura do *Pavilhão Saia* que não foi executada. Essa situação permaneceria nos anos posteriores.

Em 2000 houve obras de estabilização da encosta e de execução de canais para melhoria da drenagem natural, pois o acesso ao *Engenho* ficava comprometido pelo transbordamento do rio São Jorge que fora canalizado. Em 2001, houve nova sugestão de reforma do *Pavilhão Saia* por parte de Júlio Roberto Katinsky¹⁴. Foram apresentadas propostas com abordagens distintas quanto ao uso de materiais construtivos, o que suscitou várias discussões.

Ainda em 2002 havia reclamações sobre o estado de conservação e sobre a necessidade de abertura ao público; no decorrer desse ano foram iniciadas obras¹⁵ de

¹⁴ Professor da FAU USP designado como gestor do *Engenho* de 1998 a 2002.

¹⁵ Realizadas pela empresa *FAZER Engenharia e Construções*.

consolidação das ruínas; remoção de construções posteriores como zeladoria e tanques; e a recuperação do *Pavilhão Saia* com reforços estruturais e restauração do telhado com a implantação de pórtico metálico. Em 2008 foi inaugurada uma *Base Avançada de Cultura e Extensão Universitária* da USP, projeto do professor Katinsky constituída de instalações administrativas, auditório e sanitários. A *Base*, segundo o autor, não pretendia competir visualmente com as ruínas, pelo contrário, fica numa cota abaixo com o objetivo de tirar partido e manter a visibilidade das mesmas (LOURENÇO *et al.*, 2008:29).

No processo de valorização cultural do *Engenho* salienta-se a implementação da abordagem arqueológica que transcende a mera questão arquitetônica, devido, provavelmente, ao grau de degeneração e à antiguidade do arruinamento. Em 1995 o conjunto foi inscrito no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA); no início as pesquisas foram coordenadas por Margarida Davina Andreatta do Museu Paulista (USP). Em 2001, passou para a coordenação de José Luiz de Moraes do Museu de Arqueologia e Etnologia (USP), quando foram descobertas evidências do cemitério local (2003). Evidencia-se a tese desenvolvida pelo professor Moraes em analisar esse sítio no âmbito do conceito da “arqueologia da paisagem” (MORAIS *et. al.*, 2004/2005:354).

Sobre as intervenções, a trajetória aqui resgatada nos permite concluir que os trabalhos de 1963-1966 foram significativos para a conservação das ruínas por serem, não só, os primeiros dessa fase de reconhecimento do valor histórico e cultural do bem, mas também únicos até os anos 1990. É interessante ressaltar a convicção de Saia em rechaçar a possibilidade de uma reconstituição integral, devido à falta de evidências científicas, levando a uma proposta que primasse essencialmente pela consolidação das ruínas. No entanto, a reconstituição de parte da cobertura é considerada como controversa, pois induz a uma interpretação da volumetria que não pode ser comprovada.

Retomando as colocações da Recomendação de Nairóbi: “[...] uma grande atenção deveria ser dispensada à harmonia e à emoção estética que resultam da conexão ou do contraste dos diferentes elementos que compõem os conjuntos e que dão a cada um deles seu caráter particular.” (UNESCO, 1976 *In*: CURY, 2004:221). Assim, pode-se considerar que a leitura que se faz desse bem está condicionada à sua ambiência que o caracteriza de modo específico. Desse modo, a relação entre ruínas e paisagem tem exercido um papel relevante no processo de reconhecimento do valor cultural do *Engenho São Jorge dos Erasmos* o que transparecesse nas intervenções que incidiram sobre ele.

II.3 Uso atual

Para compreender a atual situação do *Engenho São Jorge dos Erasmos* é necessário considerar o processo de desenvolvimento da área circunvizinha cuja mutação é o resultado de reconfigurações sociais e históricas. Esse território vem se transformado paulatinamente até modificar sua silhueta na virada do século XIX para o XX e, mais detidamente, a partir dos anos de 1950, quando iniciou a ocupação denominada *Vila São Jorge*. A área noroeste da cidade de Santos tem sido considerada a última fronteira de expansão populacional e territorial da ilha. Desde a década de 1950 houve projetos e implantação de loteamento e conjuntos habitacionais no entorno do *Engenho*, porém, ainda hoje essa área é zona urbana marginal, com relevantes índices de exclusão social. Apesar do reconhecimento cultural do *Engenho*, o desenvolvimento urbano ainda aguarda melhorias por parte de políticas públicas.

O *Engenho* ainda está fora do circuito turístico criado pela cidade de Santos que privilegia monumentos da área central; daí a sua importância como bem cultural integrado no ambiente em que se insere pelas relações que pode estabelecer com a área circunvizinha (Figura 10).



Figura 10: Relação com o entorno. Foto: Autor, 2013.

Durante os anos 1990 ele foi aberto esporadicamente à população para exercícios de leitura da paisagem de modo a interpretar a inserção do sítio arqueológico no contexto que vem se urbanizando. A partir de 2004, o espaço do *Engenho* foi efetivamente aberto ao

público com programas didáticos¹⁶. A gestão¹⁷ desse patrimônio passa a ter como premissa a necessidade da educação para promover o conhecimento e a interpretação do bem de forma crítica; e para criar identidade com a comunidade local, ressignificando o espaço em que vive. Assim, o *Engenho* se constitui na atualidade em um patrimônio que abarca múltiplos campos para a fruição do aprendizado e consequente preservação.

Essa forma de apropriação é um aspecto relevante para a compreensão do *Engenho São Jorge dos Erasmos*. O uso didático, já aventado pelos doadores em 1958, cumpre uma missão crucial no atual cenário não só pelo aspecto documental, mas pelo aspecto simbólico e evocativo como “testemunho vivo” e “portador de mensagem espiritual do passado”, conforme disposto na Carta de Veneza (1964). Nesse sentido, o uso que é feito do *Engenho* também pode ser entendido através de sua integração com a paisagem, por ser um conjunto de interesse cultural que exerce um papel educativo e é um instrumento para o desenvolvimento do sentimento de pertencimento da população local.

Considerações finais:

O trabalho procurou evidenciar o quanto que a paisagem é um dado relevante para a compreensão dos valores documental e simbólico das ruínas do *Engenho São Jorge dos Erasmos*. Do ponto de vista documental, diversos estudos históricos, arquitetônicos e arqueológicos têm revelado que a geografia local foi crucial para a implantação e constituição espacial do *Engenho* enquanto unidade produtiva açucareira, o que remete à organização da vida colonial e posterior desenvolvimento da região.

Do ponto de vista simbólico, a leitura dos vestígios arquitetônicos mediante a paisagem em que se inserem é relevante para o reconhecimento do conjunto enquanto bem cultural orientando sua salvaguarda e apropriação, expressas em intervenções que primaram essencialmente pela consolidação das ruínas em seu *stato quo*. O uso para atividades didáticas mediante o atual cenário urbano circunvizinho também é nortado pela noção de ambiência, pois os remanescentes do *Engenho* evocam um passado distante que está intimamente relacionado com o presente podendo estabelecer laços de pertencimento e identidade local.

Pode-se concluir que pelo fato do *Engenho* estar arruinado, comprometendo a efetiva compreensão de seu espaço arquitetônico, a relação dos vestígios físicos com a paisagem é um aspecto imprescindível para a percepção e apreensão desse conjunto, sendo talvez a única referência concreta para compreendê-lo em sua totalidade material e imaterial. A leitura a ser

¹⁶ Como: Projeto VouVolto (2004), Portas abertas (2004), Território e transformação (2006), dentre outros.

¹⁷ Diretorias: Maria Cecília F. Lourenço (2003-2009); Vera Lucia A. Ferlini (desde 2010).

feita das ruínas do *Engenho São Jorge dos Erasmos* ao longo do tempo se insere, portanto, no âmbito do conceito de paisagem cultural definido na Recomendação Nº r (95) 9 (1995), na medida em que há uma estreita integração entre remanescentes físicos, ambiente natural e apropriações semânticas sobre o conjunto.

Bibliografia:

ANDREATTA, Margarida D. (1999) – *Engenho São Jorge dos Erasmos: prospecção arqueológica histórica e industrial*. «Revista USP», n. 41, São Paulo, p.28-47.

ANJOS, Fernanda M. F. dos (1998) – *Engenho São Jorge dos Erasmos: uma abordagem interdisciplinar do documento na Arqueologia Histórica*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Área interdepartamental de Arqueologia da USP. Dissertação de Mestrado.

CORDEIRO, José P. L. (1945) – *O Engenho São Jorge dos Erasmos*. São Paulo: Gráfica Bentivegna.

CORDEIRO, Silvio L. (2007) – *A Paisagem Histórica do Engenho São Jorge dos Erasmos: o vídeo como instrumento educativo na arqueologia do monumento quinhentista*. São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. Dissertação de Mestrado.

CURY, Isabelle (org.) (2004) – *Cartas Patrimoniais*. Rio de Janeiro: IPHAN.

GAMA, Ruy (1983) – *Engenho e tecnologia*. São Paulo: Livraria Duas Cidades.

LOURENÇO, Maria Cecília F.; CHRISTOFOLETTI, Rodrigo; MELLO, André M. (2008) – *Portas Abertas: um programa em debate*. São Paulo: Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da Universidade de São Paulo - Monumento Nacional Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos - USP.

MEURS, Paul (1995) – *Engenho São Jorge dos Erasmos: Estudos de Preservação*. «Cadernos de Pesquisa do LAP», n.07, São Paulo: FAU/USP.

MORAIS, José Luiz; PIEDADE, Silvia R.; MAXIMINO, Eliete P. B. (2004/2005) – *Arqueologia da Terra Brasilis: o Engenho dos Erasmos na Capitania de São Vicente*. «Revista de Arqueologia Americana», n.23, p.349-384. Disponível em <<http://www.jstor.org/stable/27768495>>. [Consultado em: 07/10/2013].

RODRIGUES, Maria Regina da C. (1960) – *O Engenho São Jorge dos Erasmos*. «Revista de História», n.21, São Paulo: FAU/USP, p.199-201.

STOLS, Eddy (1968) – *Um dos primeiros documentos sobre o Engenho dos Schetz em São Vicente*. «Revista de História», n.37, São Paulo: FAU/USP, p.407-419.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO PRÓ-REITORIA DE CULTURA E EXTENSÃO
UNIVERSITÁRIA (2005) – *Plataforma Sophia: Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos*.
São Paulo: PRCEU/USP.

Fontes documentais:

Arquivo da Superintendência do IPHAN/SP: *Processo 0678-T-62 (Engenho São Jorge dos Erasmos)*.

Visita técnica:

05.10.2013, monitoria prof. Dr. Rodrigo Christofolletti.